

Juros altos anulam o esforço fiscal

dívida pública 14 SET 1998

GAZETA MERCANTIL

Gastos adicionais de R\$ 15 bilhões superam em três vezes a meta de superávit

Vicente Nunes
de Brasília

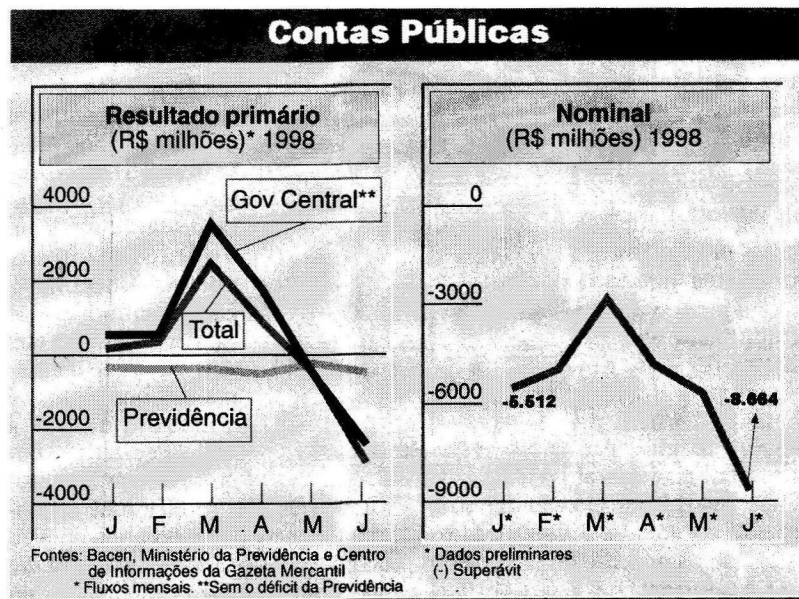
A promessa do governo, de fechar o ano com superávit primário (receitas menos despesas) de R\$ 5 bilhões, de nada vai adiantar para o ajuste das contas públicas. Esse ganho será engolido pelo aumento dos juros anunciado na noite de quinta-feira, caso a Taxa de Assistência Bancária (TBan) permaneça em 49,75% ao ano até dezembro.

Pelas contas de Carlos Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor da Dívida Pública e professor do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais (Ibamec), se esse quadro se confirmar, os gastos adicionais com a dívida pública serão de R\$ 15 bilhões, três vezes a meta anunciada.

Thadeu fez questão de destacar que dificilmente o governo manterá os juros tão elevados por um prazo superior a dois meses, pois essa conta já representa 7,39% do Produto Interno Bruto. "Estamos falando de uma política insustentável no longo prazo", disse. De qualquer forma, como lembrou o economista-chefe do Banco Boavista-Interatlântico, Paulo Pereira Miguel, mesmo que a TBan caia nas próximas semanas, o BC já comprometeu todo o ajuste. É que, com a TBan voltando para os 29,75% ao ano de antes do aumento, continuará havendo um impacto extra de gastos.

Na quinta-feira pela manhã, antes de a saída de dólares fugir ao controle do governo e os juros voltarem a subir, essa despesa adicional foi admitida pelo diretor de Política Monetária do BC, Francisco Lopes, que levantou a possibilidade de a TBan permanecer em 29,75% até o fim do ano.

De setembro a dezembro, o governo teria de pagar entre R\$ 8 bilhões e R\$ 9 bilhões a mais em juros, equivalente a quase toda a receita (40% ou R\$ 8,8 bilhões) que já entrou nos cofres da União com a privatização da Telebrás. Pelas projeções do governo, o déficit nominal (que inclui os juros) fecharia o ano em 7,30% se a TBan se mantivesse em 29,75% até o fim do ano. Com



uma taxa de 49,75%, o déficit nominal pularia para a casa dos 9%.

É por isso que os investidores, nacionais e estrangeiros, estão exigindo medidas drásticas e urgentes por parte do governo federal para o ajuste das contas públicas. Com a manutenção dos juros altos, sem a adoção de medidas concretas que dêem sustentação a essa política, o País poderá ser levado à insolvência, isto

é, à moratória no pagamento de seus compromissos com os investidores.

"O governo só agüentará manter a TBan em 49,75% por no máximo quatro semanas", previu o diretor de Pesquisas do Banco Marka, Francisco Moura de Assis. "Nesse período, terá que anunciar uma dura política de ajuste fiscal para recuperar a credibilidade e, dessa forma, reduzir os juros", disse.

Esse "drástico" ajuste fiscal, na opinião de Alcineides de Souza Júnior, diretor da Área de Derivativos do Banco Stock-Máxima, deve ser anunciado tão logo saia o resultado das eleições. O ajuste terá de passar pela aprovação da reforma da Previdência ainda este ano, pela regulamentação da reforma administrativa e pela reforma tributária. "Tudo o que todo mundo sempre disse que era necessário ser feito, mas ainda não foi", afirmou Assis Moura.

"A aprovação da reforma previdenciária neste ano é vital para o ajuste das contas públicas", reforçou o secretário-executivo do Ministério da Previdência Social, José Cechin. "E ela vai acontecer, pois o governo conseguirá mobilizar o Congresso depois da eleições", acredita. Segundo ele, os resultados da Previdência estão cada vez piores. Somente de janeiro a agosto, as despesas do INSS superaram as receitas em R\$ 3,4 bilhões. Nesse resultado, não estão incluídos os rombos nos sistemas de previdência dos funcionários federais, estaduais e municipais. A estimativa do ministro Waldeck Ornelas é de que o buraco acumulado pela Previdência este ano chegue a R\$ 42 bilhões.